



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROJETO DE LEI 3.501-A/2004 (Autor: Poder Executivo)

### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº \_\_\_\_\_, DE 2004. (Do Sr. JUTAHY JUNIOR)

Altera a redação dos Arts. 8º, inciso I, do Substitutivo do Relator ao Projeto de Lei 3.501-A/2004.

Dê-se ao inciso I, do art. 8º a seguinte redação:

“Art. 8º .....>.....

I - cedidos para a Presidência ou Vice-Presidência da República ou investidos em cargo em comissão de Natureza Especial ou do grupo Direção e Assessoramento Superiores – DAS, níveis 4, 5 ou 6, ou equivalentes;”

### JUSTIFICAÇÃO:

Na redação original do projeto encaminhado pelo Poder Executivo, o art. 10, inc. II, previu a percepção das gratificações a que se referiam os arts. 6º e 8º (**pro labore** e **GDAJ**) para os integrantes das Carreiras ali retratadas quando “investidos em cargo em comissão de Natureza Especial e do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, níveis 4, 5 e 6, ou equivalentes”, deixando claro que a **GDAJ** e o **pro labore** seriam devidos aos cedidos **para qualquer dos Poderes da República**. Acrescente-se que isso é o que ocorre em relação a esses Membros cedidos para os Poderes Judiciário e Legislativo, havendo a percepção do **pro labore** e **GDAJ** por força do art. 43, II, da Medida Provisória 2.229/43, de 6 de setembro de 2001.

Nas Emendas EMC 22/2004, EMC 23/2004, EMC 32/2004, EMC 45/2004, EMC 68/2004, EMC 84/2004, EMC 109/2004, EMC 129/2004 e EMC 158/2004, foi prevista a alteração do texto do art. 10, restringindo a percepção das citadas gratificações **somente** aos cedidos para exercício em órgãos e entidades **do Poder Executivo federal**.

Contudo, não houve manifestação de vontade política para tanto, já que não se vê nas justificações das emendas citadas qualquer menção à alteração promovida em seus textos, o que denota que essa



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

modificação, incluída no Substitutivo do Relator (**como art. 8º, inc. I**), aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), em 02/06/2004, ocorreu **sem o devido e aprofundado debate sobre suas consequências**.

De fato, a restrição gera **tratamento antiisonômico** entre os Membros das Carreiras Jurídicas cedidos para outros órgãos do Poder Executivo e para aqueles cedidos para outros Poderes da República.

Essa distorção causa desestímulo financeiro aos cedidos para os Poderes Judiciário, Legislativo e para o Ministério Público da União, porque retira parcela considerável da remuneração desses profissionais, excluindo as gratificações do **pro labore** e **GDAJ**.

Diversos são os cargos em comissão em áreas jurídicas estratégicas em outros Poderes, tais como: assessoramento de Juízes, Desembargadores e Ministros de Tribunais; de Deputados e Senadores e de Membros do Ministério Público da União.

O exercício profissional nessas hipóteses promove a aquisição de vasta experiência e o aprendizado de novas técnicas jurídicas que acabam revertendo para o aperfeiçoamento tanto dos órgãos cedentes - Advocacia-Geral da União, Defensoria Pública da União e Procuradoria-Geral Federal-, quanto dos órgãos requisitantes, proporcionando, também, o intercâmbio de conhecimentos jurídicos, o que nem sempre é alcançado dentro de outros órgãos do Poder Executivo, o qual prioriza a atividade administrativa, e não a jurídica, **não fazendo sentido o tratamento desigual dispensado pelo novo texto**.

Finalizando, o aproveitamento desses profissionais em órgãos de assessoramento jurídico de outros Poderes da República contribui para o engrandecimento das instituições do país, contribuindo para reforçar o princípio da harmonia entre os Poderes.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 2004,

**DEPUTADO JUTAHY JUNIOR**  
**PSDB-BA**